

Classe média brasileira

Heroína ou vilã das transformações socioeconômicas no país?

The Brazilian middle class
Hero or villain in the country's socioeconomic transformations?

helder ferreira do vale*
valter cavalcanti do vale**

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.175.009>

Valter Campanato/Agência Brasil



“A classe média brasileira apresenta-se, na conjuntura recente, como um aparente enigma”

RESUMO

O presente artigo analisa a classe média brasileira (CMB) à luz do marxismo. Investigamos a contradição dialética que define esse segmento social: por um lado, seu papel de “herói” econômico, agente indispensável para um projeto de neoindustrialização e soberania tecnológica, função derivada de sua transformação pós-fordista em produtor de mais-valia e detentor de “trabalho qualificado”; por outro, seu papel de “vilão” político-ideológico, principal entrave às reformas estruturais (tributária, agrária etc.), impulsionado por uma ideologia meritocrática, e seu recente protagonismo na base de massa do neofascismo e do *impeachment* de 2016. Fundamentado em uma definição marxista que distingue as frações da CMB e sua *localização de classe contraditória*, o artigo critica a estratégia de “colaboração de classes” e conclui apontando para a necessidade de uma interpretação estrutural que a reconheça como agente de um desenvolvimento autonomista do Brasil.

Palavras-chave: Classe média. Nova pequena burguesia. Localização de classe contraditória. Reformas estruturais. Neoindustrialização. Estado de bem-estar social.

ABSTRACT

This article examines the Brazilian middle class from a Marxist perspective. It investigates the dialectical contradiction that defines this social segment. On the one hand, the Brazilian middle class plays the role of an economic “hero”: an indispensable agent for a project of neo-industrialization and technological sovereignty, a function stemming from its post-Fordist transformation into a producer of surplus value and a bearer of skilled labor. On the other hand, it assumes the role of a political and ideological “villain”: the principal obstacle to structural reforms (such as tax and agrarian reform), driven by a meritocratic ideology, while also emerging as a leading social base of neofascism and the 2016 impeachment process. Grounded in a Marxist definition that distinguishes the different fractions of the Brazilian middle class and their contradictory class location, the article criticizes the strategy of class collaboration and concludes by arguing for a structural interpretation that recognizes this social segment as a key agent in Brazil’s autonomous development.

Keywords: Middle class. New petty bourgeoisie. Contradictory class location. Structural reforms. Neoindustrialization. Welfare state.

1. INTRODUÇÃO: A DUPLA FACE DA NOVA PEQUENA BURGUESIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

A classe média brasileira (CMB) apresenta-se, na conjuntura recente, como um aparente enigma. Sua práxis política, marcada pelo protagonismo como base de massa para o processo de *impeachment* de 2016 (Novy, 2017) e pela adesão ao bolsonarismo (Boito Jr., 2020; Vivanco, 2019), parece cimentar sua posição histórica como uma “vilã” ou, como na célebre e controversa definição de Chauí (2013), uma “abominação política”. Essa visão, embora factualmente embasada na conjuntura, corre o risco de solidificar uma análise moral que obscurece as contradições estruturais desse segmento.

Este artigo propõe analisar a dualidade “herói-vilão” não como um antagonismo moral ou identitário, mas como a principal contradição dialética que define estruturalmente a CMB no seio do capitalismo dependente brasileiro. Argumenta-se que a CMB tem um potencial papel de “heroína” econômica, visto que pode ser entendida como agente funcional no setor econômico, contribuindo para o desenvolvimento econômico com sua força de trabalho complexa, indispensável para qualquer projeto de ruptura com a dependência. A sua monopolização do “capital cultural”¹ e do “trabalho qualificado” a torna um agente central para uma eventual neoindustrialização e para a conquista da soberania tecnológica do país².

A CMB como “vilã” político-ideológica representa um obstáculo político e a maior força de resistência a esse projeto. Sua ideologia meritocrática, seu “estilo de vida” baseado na distinção e seu medo da proletarianização a tornam refratária às reformas estruturais (tributária, agrária, urbana), que são, contudo, a condição *sine qua non* para financiar um desenvolvimento econômico (Chun *et al.*, 2017).

O principal argumento deste artigo é que essa contradição da CMB não é acidental, mas deriva da sua *localização de classe contraditória*, nos termos de Wright (2015). Ela ocupa um espaço estrutural onde é, ao mesmo tempo, explorada pelo capital (vendendo sua força de trabalho, seja ela produtiva ou improdutiva) e privilegiada ou exploradora em relação à classe trabalhadora (Lentz, 2020), seja por mecanismos de autoridade (gerência), seja pela posse de qualificações e “capital cultural” que lhe garantem uma participação maior na mais-valia social.

Utilizaremos o conceito de *nova pequena burguesia* (NPB), como desenvolvido por Poulantzas (1975), para focar aqueles segmentos assalariados (não proprietários) que, por sua função e posição ideológica, se distinguem do proletariado. A análise da CMB como “heroína ou vilã” é, portanto, a análise de como a luta de classes determina qual face dessa contradição estrutural se manifesta hegemonicamente em cada conjuntura. Embora Poulantzas (1975) tenha desenvolvido o conceito de NPB justamente para se contrapor à noção burguesa de *classe média* — que considera estranha à problemática marxista por ocultar as relações de produção —, neste artigo optamos por manter o termo *classe média brasileira* por duas razões: (1) a constatação da força descritiva do conceito e seu reconhecimento no debate público e acadêmico contemporâneo; (2) a necessidade de dialogar com a literatura

¹ Por *capital cultural* compreendemos, na esteira de Bourdieu (1979), o conjunto de bens simbólicos, disposições, conhecimentos e títulos escolares que, incorporados e institucionalizados, funcionam como marcadores de distinção social e são convertíveis em vantagens materiais e simbólicas no mercado de trabalho e nas relações sociais.

² *Neoindustrialização* é entendida como uma série de processos de transformação humana, econômica e tecnológica associados às indústrias 4.0 e 5.0 (Pereira; Santos, 2023).



Mimetismo social: fenômeno pelo qual a classe média adota comportamentos e inclinações como o gosto por marcas e produtos que decalcam o estilo de vida das elites

que, posteriormente, buscou construir um conceito marxista de classe média a partir da tradição poulantziana. O importante, seguindo o alerta de Poulantzas (1975), é não dissolver a especificidade da NPB numa posição intermediária indefinida³. Para Poulantzas, NPB é uma classe, com fronteiras analíticas determinadas pela articulação de sua posição econômica (assalariada, não proprietária), sua função política (supervisão e controle do trabalho) e sua função ideológica (reprodução da subordinação do trabalho manual ao intelectual). Isso significa que suas contradições não decorrem de estar *entre* classes — conforme o conceito de *localização de classe contraditória*, de Wright (1978), com o qual Poulantzas não concordaria —, mas de ser uma classe cuja própria existência depende de reproduzir simultaneamente relações de subordinação (em relação ao capital) e de dominação (em relação ao proletariado)⁴.

A clareza conceitual de *classe média* é relevante visto que o termo se tornou multifacetado (Lentz, 2020). A abordagem conceitual adotada pelo artigo abrange tanto aspectos financeiros quanto identitários da CMB. Isso significa que não se entende a classe média apenas pela sua renda, mas também pela sua cultura identitária criada ao longo de décadas. Essa abordagem conceitual híbrida nos permite identificar as características e transforma-

3 Os conceitos de *nova pequena burguesia* (Poulantzas, 1975) e *localização de classe contraditória* (Wright, 1978) são aqui utilizados de forma complementar: o primeiro delimita a posição estrutural da CMB, enquanto o segundo ilumina as contradições internas e a heterogeneidade de suas frações.

4 Wright (1978), ao tentar resolver empiricamente o problema da *classe média*, dissocia o conceito de classe da produção e da apropriação do trabalho e adiciona o *poder* ao centro da análise, indicando uma certa ruptura com os fundamentos teóricos que distinguem o marxismo de outras tradições de análise social (Meiksins, 1988; Resnick; Wolff, 2003).

ções dessa classe no Brasil. Nesse contexto interpretativo, enfatizamos a importância da profissão como critério e classificação essencial para entender tanto o aspecto financeiro quanto identitário da CMB.

O elemento profissão é visto no artigo como um reflexo estrutural e estruturante. Estruturalmente, algumas profissões de caráter técnico-meritocrático são criadas pelo mercado, e, portanto, ele dita a remuneração de cada profissão com base no grau de qualificação do trabalho que cada uma oferece para atender às demandas do sistema capitalista. Entretanto, é inegável que tal trabalho qualificado pertence ao trabalhador e é precisamente nesse aspecto que reside a característica diferencial da CMB *vis-à-vis* as demais classes, tanto a elite quanto o proletariado: seus membros proporcionam uma força de trabalho qualificada diferenciada, cujo nível de remuneração lhes permite dedicar uma parte ao mercado de consumo. Para nos referir a essa posse do capital qualificado, optamos por não utilizar o conceito neoclássico de *capital humano* (Becker, 1993, p. 16; Schultz, 1961), incompatível com o referencial marxiano. Quando a literatura citada o utiliza, fazemos a devida tradução crítica para o conceito de *força de trabalho complexa* ou *trabalho qualificado*, que designa a força de trabalho cujo custo de reprodução é mais elevado devido ao tempo e recursos despendidos em sua formação, permitindo-lhe apropriar-se de uma parcela maior da mais-valia social. Nesse processo, outras características emergem em função de aspectos identitários, tais como relações sociais e preferências. É exatamente nesse aspecto que reside o atributo estruturante da classe média como identidade: ele determina comportamento, sociabilização e ambições sociais. Portanto, a CMB constitui um agente potencialmente transformador.

Nessa relação entre estrutura e agente estruturante se encontram as “janelas de oportunidades” para as mudanças, no que chamamos de desenvolvimento⁵ autonomista brasileiro, que se contrapõe ao capitalismo dependente. Esse conceito, aqui definido como processo de desenvolvimento social e econômico com características autóctones e sem dependência ou interferência externa, concebe o desenvolvimento como transformador da atual realidade. Revolucionário ou não, ele tem como objetivo estabelecer princípios de igualdade, equidade e justiça. Aproveitando exatamente esse ensejo, articulamos o nosso argumento de que existem políticas públicas e contextos políticos que permitem reestruturar as estratificações sociais e ancorar a classe média em novos elementos estruturantes. No rol de possibilidades para tais mudanças se encontra o Estado de bem-estar, atualmente mínimo no Brasil. Na perspectiva deste artigo, profundas mudanças nos sistemas de saúde, educação e segurança social podem ser revolucionárias, visto que potencializam a reorganização de classes no Brasil, o que, além da questão pecuniária, afetaria aspectos identitários e ideacionais.

Do ponto de vista metodológico, este artigo é um ensaio teórico de caráter crítico-interpretativo, ancorado na tradição do materialismo histórico. A análise baseia-se em: (1) revisão bibliográfica da literatura marxista sobre classes sociais (e.g., Nico Poulantzas, Erik Olin Wright, Décio Saes) e da produção recente sobre a CMB (e.g., André Singer, Jessé Souza, Marcio Pochmann, Marcelo Neri); (2) análise de dados secundários de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o World Inequality Lab, para caracterização de

⁵ Esse conceito de *desenvolvimento* abrange distintas fases e estratégias. Exemplo de fase recente é a adoção da estratégia denominada *capitalismo de Estado*, na qual o Estado brasileiro, entre 2009 e 2017, adotou uma aliança estratégica com o setor agrícola para ganhar peso econômico e político na esfera internacional (Vale; Costa, 2024).

A dimensão identitária da classe média brasileira pode ser compreendida como resultado de um processo de assimilação dos valores, estilos de vida e padrões culturais das elites econômicas e sociais. Embora essas elites representem apenas uma pequena parcela da população, suas características — predominantemente brancas e concentradas nas regiões Sul e Sudeste — projetam-se como referência de status e prestígio, obscurecendo a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira

perfil de renda e identidade; (3) interpretação de conjunturas políticas recentes (e.g., *impeachment* de 2016, ascensão do bolsonarismo) à luz do referencial teórico adotado. Não se trata de um estudo empírico original, mas de uma reflexão que mobiliza evidências disponíveis para sustentar uma tese interpretativa.

Para desenvolver esse argumento, a sequência do artigo está organizada em cinco seções. A próxima seção traça o perfil da CMB com base em dois eixos, renda e identidade. A seção 3 delimitará teoricamente a CMB no marxismo, focando sua transformação funcional pós-fordista, quando ela transita da esfera da circulação para a da produção de mais-valia. A seção 4 analisará seu potencial econômico (a “heroína”) para a neoindustrialização. A seção 5 dissecará sua práxis político-ideológica (a “vilã”) como entrave às reformas estruturais. Por fim, a conclusão sintetizará essa contradição e avaliará a posição da CMB nas trajetórias de grandes mudanças (e.g., revolução, reformas estruturais), tema desta edição da revista, propondo uma análise estratégica sobre a necessidade de potencializar essa classe.

2. PERFIL DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

2.1. RENDA

A renda, geralmente calculada como renda média, é o indicador mais comum para caracterizar as classes médias. A OCDE, por exemplo, utiliza uma definição baseada em renda relativa à mediana, sendo a classe média representada por domicílios com renda entre 75% e 200% da renda familiar mediana nacional (OECD, 2019). Outras definições, como a utilizada pelo IBGE, interpretam a CMB como a classe composta por moradores de domicílios com renda mensal *per capita* entre R\$ 3,4 mil e R\$ 25 mil, abrangendo 45,8% da população brasileira, sendo que o IBGE segmenta essa franja populacional em “classe B”, 14,8% da população,

Seu capital cultural é apresentado como prova de superioridade “natural”, justificando sua coparticipação na mais-valia. Um projeto de transformação, portanto, não pode limitar-se a oferecer empregos qualificados; precisa democratizar o saber e dissolver a hierarquia entre concepção e execução, o que implica reformas profundas no sistema educacional e na organização do trabalho

com renda familiar *per capita* entre R\$ 8,1 mil e 25,2 mil, e “classe C”, representando 31% dos brasileiros, que recebem entre R\$ 3,4 mil e R\$ 8,1 mil (Bello, 2025). Embora a CMB tenha crescido em 2024, nas últimas décadas, particularmente entre 2002 e 2013, há sinais claros de desaceleração do seu crescimento ou até mesmo de um encolhimento (Neri, 2019).

Outro relatório mostra que os 40% da população pertencentes à CMB capturam uma parcela relativamente pequena da renda nacional em comparação com o 1% ou mesmo os 10% do topo, explicando a sensação de estarem “achatados” (Chancel *et al.*, 2022). O mesmo relatório do World Inequality Lab também mostra que os 40% pertencentes à classe média na Europa Ocidental capturam uma parcela muito maior da renda nacional, aproximadamente 45%, do que os 40% no Brasil ou na Índia, que ficam com cerca de 25% a 30%.

A classe média está sob pressão no Brasil *vis-à-vis* outros países em desenvolvimento, particularmente na Ásia e na África. A ascensão da classe média no mundo, especialmente entre 2000 e 2016, foi predominantemente impulsionada em países como China e Índia (Ranaldi, 2025). Na atualidade, a classe média chinesa, embora maciça, agora cresce a uma taxa mais lenta. Países como África do Sul e Egito estão apresentando taxas de crescimento rápido, ainda que a partir de uma base menor, representando a próxima fronteira de expansão da classe média no continente africano (Oxford Economics, 2024). Isso se reflete nos dados internacionais que sugerem que, em média, a classe média está crescendo, e o mundo em 2025 atingiu um ponto de virada, já que mais da metade da população mundial é considerada como pertencente à classe média (Caballero; Sampaio, 2025).

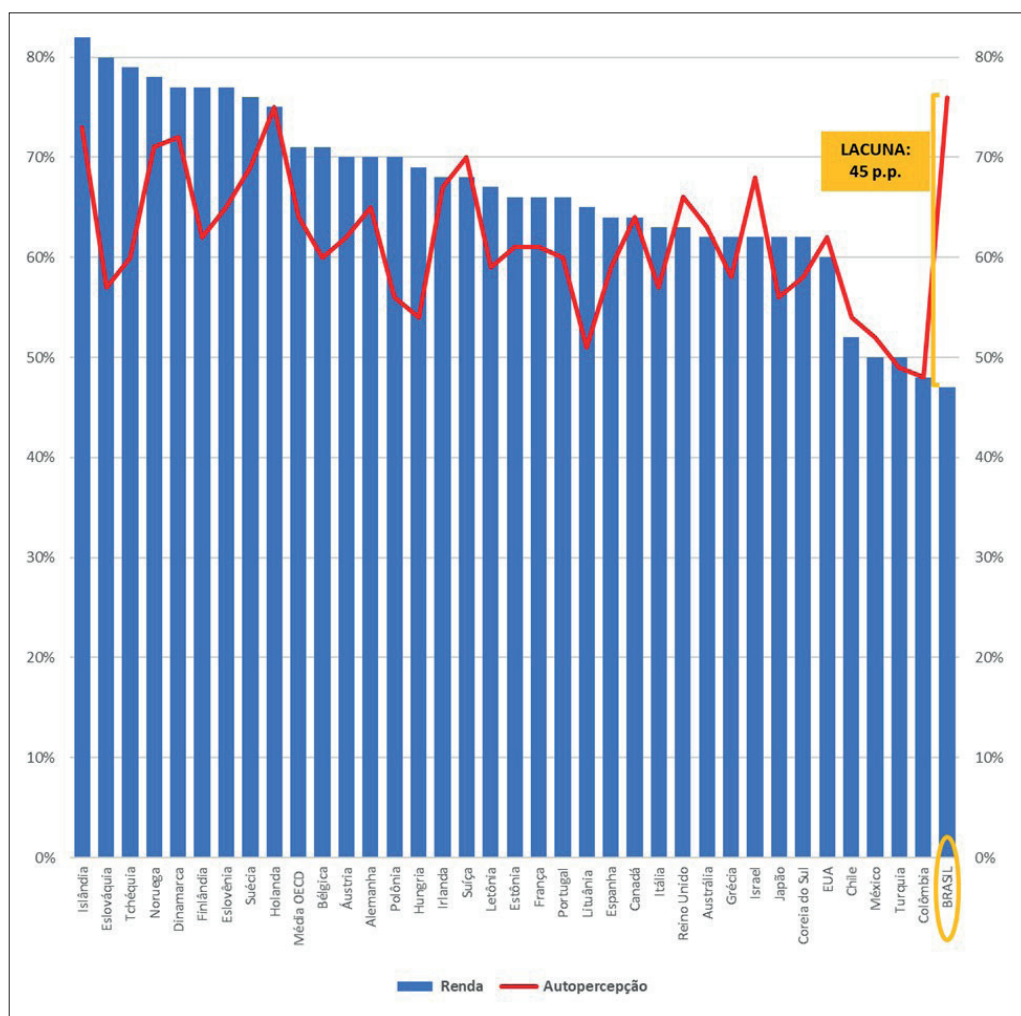
2.2. IDENTIDADE

Embora comumente definida em termos de renda, a classe média como reflexo de uma identidade ganha novas características no Brasil: ela tem um forte simbolismo identitário, associado ao capital cultural, de enorme peso para os brasileiros. A grande maioria

da população brasileira, aproximadamente 76%, parece se reconhecer como pertencente à classe média. Esse índice de autoidentificação da população foi o mais alto entre todos os países pesquisados pela OCDE (OECD, 2019). Isso reflete uma forte aspiração cultural da população brasileira associada à classe média.

No entanto, as pessoas no Brasil que realmente são da classe média pelo critério de renda, com base na definição da OCDE, representam apenas 31% da população total. Ou seja, há uma lacuna significativa de aproximadamente 45 pontos percentuais entre o número de pessoas que se identificam como classe média e o número de pessoas que realmente são classe média. O gráfico 1 ilustra esse paradoxo identitário, ao demonstrar que, quanto a essa autopercepção, o Brasil está no grupo de países escandinavos, ou seja, países que têm sistemas de bem-estar social robustos, em que grande parte da população se classifica como classe média.

Gráfico 1 — Proporção da população classificada como classe média, por renda e autopercepção, por país — 2019



Fonte: OECD (2019)

Uma questão relevante para entender esse aparente paradoxo é identificar as características identitárias da CMB. É possível sugerir que membros da CMB adotam a identidade das elites dominantes, aquelas que representam 1% da população e são classificadas como “classe A”. Há de fato no Brasil uma ilusão da CMB de pertencer a essa classe dominante (Moura Jr.; Portela, 2022). Portanto, a classe média adota uma identidade externa e ilusória, que reflete uma realidade alheia. A maleabilidade das identidades as torna manifestações de projeções, refletindo variadas representações e interpretações identitárias, consoante a interpretação de Pochmann (2012): as ideias professadas pelos integrantes da classe média não são unívocas. No caso da CMB, isso pode ser entendido como resultado de suas aspirações de fazer parte da elite dominante. De fato, uma classe social, através de suas lutas históricas, desenvolve ambições que podem ser socialmente reproduzidas (Matusov; Smith, 2012).

Por sua vez, a ampla disseminação da identidade de CMB indica que existe uma “hegemonia” identitária de classe que venceu o que Gramsci (1971) chamou de lutas pela hegemonia social das classes⁶. A extensão da hegemonia cultural da CMB tem um efeito homogeneizador, pois promove uma visão de mundo e um discurso particular da elite dominante. Isso importa, por exemplo, para reconhecer as diferenças raciais em uma sociedade racialmente diversa, identificando a invisibilidade dos negros em razão da dominância branca nas classes alta e média no Brasil (Figueiredo, 2012)⁷. Além disso, existem diferenças inter-regionais no Brasil que são apagadas pela representação avassaladora da região Sudeste, onde vivem 67% da CMB (Figueiredo, 2012).

Simplificando, a dimensão identitária da classe média brasileira pode ser compreendida como resultado de um processo de assimilação dos valores, estilos de vida e padrões culturais das elites econômicas e sociais. Embora essas elites representem apenas uma pequena parcela da população, suas características — predominantemente brancas e concentradas nas regiões Sul e Sudeste — projetam-se como referência de *status* e prestígio, obscurecendo a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira. Como esse capital cultural é amplamente internalizado inclusive por indivíduos que, segundo critérios de renda, não pertencem à classe média, evidencia-se o profundo enraizamento de um ideal identitário elitista na sociedade brasileira.

3. A POSIÇÃO ESTRUTURAL DA CLASSE MÉDIA E SUA SEGMENTAÇÃO NO BRASIL

A primeira tarefa para uma análise rigorosa da CMB de uma perspectiva marxiana é sua correta delimitação, o que exige uma ruptura imediata com as definições da sociologia e da economia burguesas. A categorização *classe C*, baseada em faixas de renda ou despesa de consumo (*consumption expenditures*), serve a propósitos de segmentação de mercado, mas

⁶ Entretanto, esse papel de garantir uma hegemonia cultural seria exercido por partidos políticos, que, como “príncipes modernos”, mediarão entre Estado e sociedade (Gramsci, 1992, p. 146-153).

⁷ As dificuldades enfrentadas pela classe média negra para circular e socializar-se nos mesmos espaços tradicionalmente ocupados pela classe média branca constituem uma constante da sociedade brasileira. Como observam Hilgers, Calderón e Honigsmann (2022), a entrada de grupos historicamente excluídos nesses espaços é frequentemente percebida como uma ameaça à ordem e à distinção social, legitimando práticas de exclusão e, por vezes, respostas violentas.



“A alta classe média burocrática — juízes, procuradores e delegados — atuou politicamente através da Operação Lava Jato.” Na imagem, ação da Polícia Federal durante a operação, em 2016

é analiticamente estéril para a compreensão das relações de produção e da luta de classes. É possível apontar que não é o volume dos rendimentos que define a classe média, mas a natureza deles, especificamente sua origem na coparticipação da mais-valia produzida pela classe trabalhadora.

Para Poulantzas (1975), a nova pequena burguesia (NPB) distingue-se do proletariado não apenas por sua posição econômica, mas pela função política e ideológica que exerce: a de reproduzir, no processo de trabalho, a subordinação do trabalho manual ao intelectual. A CMB, ao monopolizar o saber técnico e as funções de controle e gestão, atualiza cotidianamente a hierarquia que separa os que “pensam” dos que “executam”. É nessa função que está ancorada sua ideologia meritocrática: seu capital cultural é apresentado como prova de superioridade “natural”, justificando sua coparticipação na mais-valia. Um projeto de transformação, portanto, não pode limitar-se a oferecer empregos qualificados; precisa democratizar o saber e dissolver a hierarquia entre concepção e execução, o que implica reformas profundas no sistema educacional e na organização do trabalho.

Historicamente, no modelo fordista de acumulação, a classe média (ou NPB) foi definida por sua função predominante na esfera de circulação do capital. Sua função social primordial era realizar a mais-valia e garantir a reprodução do capital. Essa classe era composta pelos “funcionários do capital” — burocratas, gerentes, contadores, vendedores, publicitários —, cujas atividades, embora necessárias para o ciclo completo do capital produtivo ($D - M \dots P \dots M' - D'$), eram improdutivas no sentido estrito definido por Marx: não criavam novo valor ou mais-valia, mas consumiam uma parte da mais-valia total (sob a forma de salários, bônus etc.) como custos de circulação. Nesse modelo, a CMB era explorada (pois vendia sua força de trabalho ao capital) mas, simultaneamente, exercia o papel de “explora-

dora” delegada, controlando e subordinando a classe trabalhadora em nome do capitalista. Sua posição era, por definição, intermediária e dependente.

Com o advento do pós-fordismo e da reestruturação neoliberal da economia, observa-se uma profunda transformação na posição estrutural da classe média. Esse novo modelo, baseado na automação, na revolução da informática e na reestruturação produtiva, levou a uma “decomposição” da classe trabalhadora industrial clássica. O resultado dessa transformação é a nova função central da CMB: ela assumiu as atividades produtivas deixadas pela classe trabalhadora. Essa é uma mutação de importância estratégica. Segmentos decisivos da classe média (engenheiros, programadores, analistas de sistemas, profissionais de TI, cientistas) moveram-se da periferia da circulação para o centro da produção de mais-valia. Com a Terceira e a Quarta Revolução Industrial, a força de trabalho complexa, intelectual e científica, tornou-se a principal força produtiva, capaz de gerar mais-valia relativa em escala exponencial.

Essa transformação altera a própria definição de classe, o que exige uma redefinição analítica para o contexto neoliberal. Dessa forma, o presente artigo propõe a tese de que a classe média é um segmento social constituído de pessoas integradas ao livre mercado como detentor de “trabalho qualificado”, assumindo mais a função social de produzir mais-valia e mercadorias e prestar serviços, sem perder o sentimento de pertencimento à classe média.

Essa nova base material cria os dois polos da contradição que analisamos. Ao tornar-se produtiva, a CMB técnica se tornou a “heroína” em potencial, o agente da neoindustrialização. Contudo, essa transformação ocorreu sob a égide do neoliberalismo, que, ideologicamente, dissolveu a noção de classe em favor do “empreendedorismo” individual e do “trabalho qualificado”. O trabalhador técnico qualificado, o “herói”, foi ensinado a ver-se não como um trabalhador, mas como um “empreendedor de si mesmo”, exacerbando o individualismo e a ideologia meritocrática que fundamentam o “vilão” político.

Essa contradição não é vivida de forma homogênea. A CMB é, por natureza, fragmentada, tornando-se plausível classificá-la em subdivisões hierárquicas:

- 1) *Alta classe média*: composta pelos tecnoburocratas (públicos e privados) no topo da hierarquia, os altos servidores do Estado (Judiciário, ministérios) e os médios rentistas. Esse grupo não é apenas um aliado da classe dominante; ele é o seu instrumento político de luta. Sua função é gerir a exploração em nome do capital. No Brasil, parece funcionar como o segmento responsável pela gestão institucional da acumulação, seja no Estado ou no setor privado. Sua posição de privilégio é legitimada por uma ideologia meritocrática radical que oculta o acesso desigual ao capital cultural. Politicamente, atua como base social mobilizada em defesa da ordem existente e da classe dominante em momentos de crise, tendo sido a base social da Lava Jato e do bolsonarismo.
- 2) *Média classe média*: inclui pequenos comerciantes, executivos médios e pequenos e profissionais liberais. Esse grupo é altamente influenciado pela mídia oligopolista, aceita os valores “vindos de cima” e procura mimetizar a classe dominante para distinguir-se das classes consideradas inferiores. Parece constituir o reservatório ideológico do antipetismo e da distinção social. Mimetizando as elites e capturada pela influência midiática, resiste a projetos de redução das desigualdades porque estes ameaçam seus mecanismos simbólicos de diferenciação. Vive a contradição entre sua posição objetiva (subordinada) e sua identificação subjetiva (com as elites).

- 3) *Baixa classe média*: engloba empregados de nível médio, pequenos empregados (públicos e privados) e microempresários. Esse grupo está absorvido na “luta pela sobrevivência”, mais próximo materialmente das classes populares, mas, ideologicamente, nega categoricamente sua condição através do consumo e da postura, e assumindo o empreendedorismo individual. Vive uma contradição aguda entre sua realidade material (próxima das classes populares) e sua consciência ideológica (pequeno-burguesa). No Brasil, o lulismo capturou seu voto ao oferecer melhoria material sem ruptura da ordem, mas sua adesão ao empreendedorismo individual (Grohmann; Mauro, 2015) a mantém atomizada e resistente à organização coletiva. É a fração com maior potencial de aliança com o proletariado, desde que sua precarização seja enfrentada por políticas que desfaçam a ilusão do “mérito individual”.

Quadro 1 — Características das frações da classe média brasileira (CMB) — 2024-2025*

Dimensão	Alta CMB	Média CMB	Baixa CMB
Renda familiar (R\$)*	14.120-28.240	5.648-14.119	3.500-5.647
Classificação Abep (renda média, R\$)*	A (26.811)	B1 (12.683); B2 (7.017)	C1 (3.980)
Ocupações típicas	Altos servidores do Estado; tecnoburocratas de topo; rentistas médios	Profissionais liberais; gerentes; pequenos empresários	Empregados de nível médio; microempreendedores; autônomos precarizados
Função econômica	Gestão e reprodução da ordem social; mediação da exploração	Execução intermediária; busca de <i>status</i> por via de rendimentos	Subsistência econômica; autoexploração; trabalho precarizado
Relação com o Estado	Forte inserção no aparato estatal; privilégios institucionais	Desconfiança para com o Estado provedor; preferência por soluções privadas	Dependência de serviços públicos e políticas sociais
Ideologia dominante	Meritocracia como legitimação de privilégios	Meritocracia individualista; distinção por via do consumo	Empreendedorismo defensivo; negação da identidade proletária
Subjetividade social	Sentimento de superioridade; posição de casta	Mimetismo em relação às elites	Tensão entre origem popular e aspiração pequeno-burguesa

Relação com as classes populares	Desprezo institucional contra elas; defesa da hierarquia	Distanciamento simbólico delas; medo da perda de <i>status</i>	Proximidade material com elas, mas negação dessa condição
Tendência política	Direita orgânica; forte adesão ao bolsonarismo	Antipetismo latente; alta volatilidade eleitoral	Lulismo conservador e pragmático
Vulnerabilidade econômica	Baixa	Média	Alta
Potencial político	Inimiga estratégica do projeto transformador	Situada no campo da disputa ideológica	Aliada potencial em contextos de mobilização

Fonte: Elaboração própria baseada em Saes (1985), Singer (2009; 2015), Boito Jr. (2020), Datafolha *apud* Arreguy (2025) e Abep (2026).

Nota: (*) As categorias de renda seguem a classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) e IBGE, adaptada à periodização 2025-2026.

Essa classificação é decisiva, pois demonstra que a *localização contraditória* de Wright (2015) se manifesta com intensidades distintas entre as frações da CMB.

No que diz respeito à alta classe média, seus interesses encontram-se quase inteiramente fundidos aos interesses da burguesia. Enquanto extensão do capital por meio de sua força de trabalho qualificada e de suas posições de comando na burocracia estatal e empresarial, ela atua como guardiã da ordem capitalista e da restauração neoliberal, funcionando como uma casta burocrática voltada à preservação de seus próprios privilégios.

A média classe média, por sua vez, ocupa uma posição intermediária e se caracteriza pelo mimetismo em relação às elites e pela busca de distinção social. Capturada por uma ideologia meritocrática amplamente difundida pelos meios de comunicação, constitui um importante reservatório do antipetismo e tende a resistir a projetos que reduzam as distâncias sociais.

Já a baixa classe média, expressa de forma mais intensa a *localização contraditória* descrita por Wright: sua realidade material aproxima-se crescentemente da condição proletária, enquanto sua consciência permanece marcada por valores pequeno-burgueses. Essa tensão manifesta-se na oscilação entre o apoio a políticas de melhoria das condições materiais promovidas por governos progressistas e a busca de soluções individualizadas, como o empreendedorismo, para enfrentar a precarização.

Assim, embora seus membros compartilhem de uma identidade comum, a CMB constitui um conjunto de frações com interesses e comportamentos políticos diferenciados, o que explica seu papel decisivo como fiel da balança da política brasileira.

Nos últimos anos, há tendências relevantes em cada segmento da CMB, que merecem destaque visto que nos ajudam a compreender o crescimento da renda e a redução da pobreza, a relevante ascensão de parte da população pobre à classe média baixa, obtendo maior acesso ao mercado de consumo, e a divisão política e ideológica entre os diferentes segmentos da classe média.

A classe média vive uma consciência de classe invertida, sustentada por “aspiracionalismo”, medo da proletarização e uso simbólico do capital cultural. Aquela inversão se manifesta em cada reforma sempre com o mesmo resultado: a classe média vota e milita contra seus próprios interesses materiais

O cenário econômico de 2024 marcou o ápice de uma série histórica iniciada em 1995. Segundo estudo do Ipea (Souza; Hecksher, 2025), a renda domiciliar *per capita* no Brasil aumentou cerca de 70% em termos reais ao longo de 3 décadas, enquanto a extrema pobreza recuou de 25% para menos de 5% da população. Com base no mesmo estudo, verifica-se que esse progresso, embora não linear, ganhou força entre 2021 e 2024, período em que a renda média nacional cresceu mais de 25%. A dinâmica do mercado de trabalho, com a manutenção de taxas de desemprego em níveis historicamente baixos, combinada ao fortalecimento dos programas de transferência assistencial, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), permitiu que 17,4 milhões de pessoas ascendessem socialmente nos últimos 2 anos (Brasil, 2026).

Para a baixa classe média, o incremento na renda nos anos 2000 e a retomada desse fenômeno em 2024 não alteraram profundamente sua relação com o Estado. O acesso à cidadania ocorre por via do mercado, através da compra de bens duráveis, o que gera uma percepção de inclusão que é frágil e dependente da continuidade do ciclo econômico (Dagnino, 2004). Essa fração da classe média apresenta um comportamento híbrido, que André Singer define como a adesão ao “lulismo” por parte daqueles que buscam mudança com ordem, o que foi possível em grande parte graças a expansão do assistencialismo social (Singer, 2009). Dados do Datafolha (Arreguy, 2025) mostram que o petismo é majoritário (52% de apoio) entre os que têm escolaridade até o ensino fundamental, mas sofre resistência entre os microempreendedores que almejam o “sucesso individual” (Arreguy, 2025). Para essa fração, o voto é frequentemente um cálculo de sobrevivência: apoiam-se políticas de valorização do salário mínimo e crédito, mas rejeita-se qualquer radicalização que possa gerar instabilidade econômica (Arreguy, 2025). Conforme Singer documenta empiricamente, o lulismo capturou o voto desse subproletariado e da baixa classe média ao lhes prometer a saída da fome e a manutenção da ordem institucional, criando um pacto conservador que, no entanto, exclui a participação política ativa desses sujeitos (Singer, 2010).

Nesse contexto, a alta classe média, conforme a mesma pesquisa Datafolha de 2025 (Arreguy, 2025), mantém um alinhamento robusto com o discurso bolsonarista e as pautas da direita conservadora. Entre os eleitores com renda de 5 a 10 salários mínimos, a identi-



Subdivisões hierárquicas da classe média brasileira

ficação com o ex-presidente Jair Bolsonaro atinge 42%, superando a média nacional. Esse comportamento corrobora a tese de Saes (1985) sobre a classe média, definida por ele como “tropa de choque” da classe dominante: em momentos de ascensão das classes populares, esse estrato se radicaliza para preservar as hierarquias sociais e o mérito como critério exclusivo de distribuição de poder. A alta classe média burocrática — juizes, procuradores e delegados — atuou politicamente através da Operação Lava Jato, que Boito Jr. (2020) caracteriza como uma insurgência da burocracia estatal para restaurar a ordem neoliberal e dismantelar a frente policlassista liderada pela burguesia interna.

Por último, um notável fenômeno que atinge a média classe média é o da mediação, isto é, a expansão da influência social da mídia, que intensifica a circulação da ideia de progresso pessoal atrelado à busca de superação individual e mérito (Grohmann, 2014; Oliveira-Cruz *et al.*, 2016). Análises de veículos voltados a esse público, como a revista *IstoÉ Dinheiro*, revelam a reprodução sistemática de um discurso hegemônico sobre a “nova classe média” que a associa à imagem de um “Brasil que dá certo” (Grohmann, 2014). A mídia atua como mediadora entre o indivíduo e a estrutura social, transformando a ascensão econômica em um espetáculo de consumo e desempenho individual.

O processo de mimetismo social resultante leva a média classe média a adotar estilos de vida que procuram emular os padrões das elites. O consumo não é visto apenas como satisfação de necessidades, mas como fator de distinção: a escolha de marcas, serviços de educação privada e planos de saúde de alto custo funciona como uma salvaguarda contra a “ameaça” de proletarização. A rejeição à pobreza é uma construção social mediada pela palavra; no imaginário desse grupo, ser pobre torna-se motivo de vergonha, o que impulsiona sua busca constante por signos de consumo que comprovem uma posição diferenciada.

4. A FUNÇÃO DA CLASSE MÉDIA NA NEOINDUSTRIALIZAÇÃO E NA CONQUISTA DE SOBERANIA TECNOLÓGICA

A análise do potencial “heroísmo” da CMB exige uma “tradução” dos termos da economia política burguesa para o materialismo histórico. Estudos identificam, corretamente, que um dos principais canais pelos quais a classe média impulsiona o desenvolvimento econômico é a “acumulação de trabalho qualificado” (*human capital accumulation*) (Chun *et al.*, 2017).

4.1. DO “TRABALHO QUALIFICADO” À FORÇA DE TRABALHO COMPLEXA

Na perspectiva marxista, o “trabalho qualificado” é uma mistificação ideológica que transforma a força de trabalho (uma mercadoria) em capital (uma relação social de exploração). Sendo assim, o “trabalho qualificado” é a força de trabalho complexa (ou qualificada). A CMB não se define apenas por sua função, mas por sua posse de “bens culturais imateriais”, por exemplo, o conhecimento, a linguagem e a postura corporal, que lhe permitem exercer as profissões exigidas pela esfera de produção e circulação. Esse “capital cultural”, adquirido por via da socialização familiar e do sistema de ensino superior, é o que permite à CMB vender sua força de trabalho por um valor superior ao da força de trabalho simples, apropriando-se de uma parcela maior da mais-valia social.

4.2. O AGENTE DA NEOINDUSTRIALIZAÇÃO

Um projeto de *neoindustrialização e soberania tecnológica*, temas centrais para a ruptura com o capitalismo dependente, não é uma abstração. Ele depende materialmente da disponibilidade e da direção dessa força de trabalho complexa. Os sujeitos da inovação e da pesquisa e desenvolvimento (P&D) são exatamente os profissionais que compõem a classe média técnica: os cientistas, engenheiros, pesquisadores, professores universitários e tecnólogos. O surgimento das profissões da CMB (siderurgia, petroquímica, robótica, informática, área de IoT — *internet of things*, ou internet das coisas) é um reflexo direto das sucessivas revoluções industriais. Portanto, a CMB não é apenas útil a um projeto de soberania nacional; ela é seu agente técnico indispensável. A busca pela soberania tecnológica é, em última instância, a disputa política pela finalidade do trabalho desses cientistas e engenheiros⁸.

4.3. CONSUMO: O AGENTE DA REALIZAÇÃO

Além de seu papel na produção, a CMB é vital à realização de mais-valia por seu poder de consumo (*consumption power*), que funciona como motor para a diversificação e expansão dos mercados. Em termos marxistas, essa é a função da realização da mais-valia.

Um parque industrial soberano e diversificado, capaz de produzir bens de alto valor agregado (como os da indústria automobilística, eletroeletrônica ou de biotecnologia), necessita de um mercado interno com capacidade de consumo para absorver essa produ-

⁸ Neste artigo, *soberania tecnológica* é definida como a capacidade de tomar medidas que visem reformar os sistemas jurídicos nacionais para regular a esfera digital a fim de garantir o equilíbrio de poder e a preservação de princípios e valores democráticos (Polido, 2024).

Ainda que exista uma identidade dominante que atravessa esse grupo social, não é possível tratá-lo como um bloco monolítico

ção. A classe trabalhadora, cujos salários são mantidos no nível de subsistência, não pode cumprir essa função. A CMB, sobretudo a alta e a média, por sua participação na mais-valia, é o único segmento de massa com renda discricionária para sustentar esse mercado.

Esse potencial “herói” econômico, no entanto, encontra-se acorrenhado pela estrutura da dependência. A vocação econômica da CMB está hoje submetida ao imperialismo. Na esfera da produção, a força de trabalho complexa

brasileira — frequentemente formada em universidades públicas e financiada por recursos da Capes e do CNPq — acaba sendo amplamente apropriada pelo capital internacional. O engenheiro ou cientista da alta classe média converte-se, assim, em um tecnoburocrata inserido em corporações multinacionais, mobilizando sua qualificação para otimizar a drenagem de mais-valia em direção ao centro do sistema, como ocorre em setores estratégicos como o do petróleo ou da agroindústria. Desse modo, o “herói” produtivo passa a atuar, paradoxalmente, como agente da não soberania.

Na esfera da realização, o “poder de consumo” da CMB, em vez de dinamizar a indústria nacional, tende a orientar-se para bens de consumo importados ou produzidos localmente por filiais de multinacionais, como automóveis e dispositivos eletrônicos. Esse padrão de consumo reforça o déficit comercial em bens de alta tecnologia e contribui para atrofiar o mercado interno para os produtos nacionais, fortalecendo, assim, os mecanismos estruturais de dependência econômica.

Portanto, o “herói” econômico não existe na práxis presente. Uma eventual *revolução brasileira* passa, necessariamente, por um projeto que liberte esse potencial produtivo da classe média de sua subjugação ao capital internacional, dando-lhe uma função nacional e social.

5. ASPECTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS

Se a CMB detém o potencial técnico para a transformação econômica do país, por que sua práxis política tende, em conjunturas recentes, a orientar-se de forma conservadora? A hipótese interpretativa central é que essa tendência não é contingente, mas se articula à superestrutura ideológica que se ergue sobre sua posição de “classe do meio”, sujeita a antagonismos provenientes tanto do capital quanto do trabalho. A ideologia da CMB, nessa leitura, não seria um mero conjunto de ideias, mas uma arma funcional para a defesa de seus privilégios relativos, cuja intensidade varia conforme a fração e a conjuntura. A reconfiguração ideológica da CMB ocorreu no contexto de uma transformação mais ampla da esfera pública brasileira após 2013, na qual a política digital passou a normalizar progressivamente discursos polarizados e antissistêmicos, reforçando o ambiente político em que essa identidade de classe adquiriu expressão ideológica (Vale, 2022).

O lulismo teve um papel importante nessa construção da CMB como “vilã”, à medida que apostou na incorporação de pobres a ela pelo consumo e na conciliação de classes sem realizar reformas estruturais. Essa estratégia, ao promover a ascensão de setores subalternos sem ao mesmo tempo confrontar a ideologia meritocrática, gerou uma reação defensiva da CMB estabelecida, que percebeu sua distinção simbólica ameaçada. O resultado não foi propriamente uma “traição” — pois não havia compromisso político formal —, mas o fracasso da estratégia de colaboração de classes em dirimir a contradição estrutural da CMB, que, na ausência de uma disputa ideológica consistente, pendeu para o polo conservador.

5.1. O “ESTILO DE VIDA”, A IDEOLOGIA DA MERITOCRACIA E PRÁXIS CONSERVADORA

A base ideológica da CMB está enraizada em seu “estilo de vida”, estruturado por três crenças centrais que moldam sua visão de mundo: (1) a percepção de que é rica, internalizando uma sensação de privilégio construída relacionalmente, sempre em contraste com as classes populares; (2) a convicção de que um dia ascenderá à burguesia, adotando o mito da mobilidade individual como promessa permanente; e (3) a ideia de que as classes populares representam uma ameaça, com o medo constante da perda de *status*, da proletarianização e da aproximação simbólica daquilo que identificam como a “ralé” (Souza, 2022).

Essa tríade se condensa na ideologia da meritocracia, que funciona como eixo moral e justificatório da posição social da CMB. Para manter sua autoimagem, a CMB precisa acreditar que sua renda (como coproprietária simbólica da mais-valia) e seus privilégios, assentados em capital cultural, social e *habitus*, são produto exclusivo de esforço individual. Trata-se de uma forma de falsa consciência que oculta os determinantes estruturais de sua posição. Como observa Souza (2022), essa crença ignora as “precondições” herdadas, por exemplo, os capitais social, cultural e emocional transmitidos pela família, que tornam possível competir, desde o início, em condições radicalmente favoráveis.

Essa ideologia tem consequências políticas diretas. O período dos governos do PT (o “lulismo”) representou uma ameaça direta a essa superestrutura ideológica. A ameaça não foi (primariamente) material, pois a CMB enriqueceu nesse período, mas simbólica e de *status*. A ascensão do subproletariado e sua inclusão, ainda que marginal, em espaços antes exclusivos da CMB (aeroportos, universidades, *shoppings*) foram percebidas como a concretização da “ameaça” popular (a terceira das crenças listadas acima) (Brizuela, 2022).

O escândalo do Mensalão em 2005 foi o evento que permitiu à CMB racionalizar sua ruptura. Como aponta Singer (2015), foi o momento em que a alta e a média CMB migraram hegemonicamente para o antilulismo, enquanto segmentos da baixa CMB — especialmente professores e servidores públicos de nível superior — apresentaram comportamento mais dividido. Essa classe média, sentindo ameaçada a sua distinção, tornou-se a base social para os eventos impulsionados pela onda conservadora no Brasil contemporâneo, reeditando seu papel histórico de 1964.

A ideologia predominante em parcelas da CMB — a valorização da meritocracia e da competição individual e a desconfiança em relação a políticas redistributivas — tornou esse segmento particularmente receptivo a discursos autoritários em contextos de crise. Como argumentam Cavalcante (2020) e Ioris (2024), a percepção de perda de *status* e a defe-

A estratégia política deve, em primeiro lugar, valorizar o “herói”, isto é, a força de trabalho qualificada. Trata-se de convocar técnicos, engenheiros, cientistas e programadores para um projeto nacional de neoindustrialização soberana, no qual a qualificação deles possa ser mobilizada de maneira produtiva e criativa na construção do país

sa da ordem e da propriedade favorecem a identificação dos setores populares como fonte de ameaça à estabilidade social, legitimando respostas baseadas no endurecimento repressivo e em soluções políticas autoritárias.

É importante matizar essa caracterização. Em determinadas conjunturas históricas, frações da classe média brasileira assumiram papéis abertamente progressistas ou mesmo revolucionários, como no tenentismo (década de 1920), na campanha “O petróleo é nosso” (década de 1950), nas mobilizações estudantis de 1968 e nas Diretas Já (1984). Mais recentemente, segmentos da CMB — especialmente professores, artistas, intelectuais e operadores do direito — estiveram presentes nas ruas contra o *impeachment* de 2016 e contra o bolsonarismo. Isso indica que a orientação política da CMB não é unívoca nem invariante, mas depende da correlação de forças, das mediações políticas e do grau de coesão ideológica de suas frações. Como demonstra Saes (1985), a orientação política da classe média depende da combinação entre sua “situação de trabalho” e a conjuntura da luta de classes. As camadas médias superiores tenderam historicamente ao udenismo e ao antipopulismo, ao passo que parte das camadas médias inferiores — especialmente bancários e outros empregados de escritório sindicalizados — estabeleceu alianças conjunturais com o movimento operário e com o trabalhismo. Essa heterogeneidade indica que o comportamento político da CMB varia conforme suas frações e as conjunturas históricas.

Essa interpretação permanece pertinente na política brasileira contemporânea. Os dados eleitorais analisados por Cavalcante (2020) mostram que o apoio ao bolsonarismo e ao *impeachment* de 2016 foi predominante entre as frações alta e média da CMB — particularmente entre eleitores de maior renda e escolaridade —, mas esteve longe de ser unânime. Persistiram dissidências importantes, sobretudo entre segmentos da baixa CMB ligados ao sindicalismo, ao funcionalismo público e a setores intelectualizados. O autor observa ainda que uma parcela da CMB articulada em torno de pautas como diversidade, meio ambiente e ciência resistiu ativamente ao bolsonarismo.

Essa diferenciação interna torna-se ainda mais evidente quando se distingue, como

fazem Hubner (2024) e Neri (2019), entre a *nova classe média*, formada por segmentos que ascenderam pelo consumo durante o ciclo lulista, e a *ex-classe média*, composta por indivíduos que perderam posição social após a crise de 2015 e a pandemia. Embora ambas integrem a CMB, apresentaram trajetórias políticas distintas: enquanto a primeira mostrou maior receptividade às pautas pós-materialistas mobilizadas em 2018, a segunda voltou-se, em 2022, para demandas relacionadas à renda, ao emprego e ao custo de vida, contribuindo para a vitória eleitoral de Lula. Assim, quando nos referimos ao papel da CMB como “vilã”, estamos caracterizando uma tendência em determinadas conjunturas, e não um atributo permanente. É precisamente a heterogeneidade interna das suas frações que determina qual polo da contradição “heroína-vilã” tende a prevalecer em cada momento histórico.

5.2. O ENTRAVE CENTRAL ÀS REFORMAS ESTRUTURAIS

É nesse ponto que o «vilão» político colide com o “herói” econômico. O projeto de neoindustrialização e de recuperação da soberania — tarefa histórica atribuída ao “herói” — exige amplo investimento estatal e uma profunda reorientação da economia, algo que só pode ser viabilizado por meio de reformas estruturais. No entanto, é precisamente contra essas reformas que a ideologia do “vilão” se mobiliza. No campo tributário, por exemplo, a ideologia meritocrática converte-se em um dos principais obstáculos à implementação de uma reforma progressiva. A CMB, sobretudo em suas frações “alta” e “média”, tende a interpretar a taxa sobre renda, patrimônio e herança não como instrumento de justiça social, mas como uma “punição” ao seu suposto mérito individual e ao seu sucesso econômico. Nesse sentido, alinha-se frequentemente à burguesia na defesa de um sistema tributário regressivo, fortemente baseado no consumo, que transfere o peso da arrecadação para a classe trabalhadora e preserva seus próprios privilégios.

Essa mesma lógica se manifesta na resistência à reforma agrária e às políticas de democratização do acesso à terra e à cidade. Majoritariamente urbana, a CMB tende a perceber a reforma agrária e a luta por moradia, frequentemente associadas à reforma urbana, como sinônimos de desordem social e ameaça ao direito de propriedade, contribuindo para um debate superficial sobre a questão agrária no Brasil, como observa Sabourin (2008). Nesse contexto, a demonização de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) encontra ampla ressonância na classe média, que, temerosa da instabilidade, acaba se alinhando ideologicamente ao agronegócio e à especulação imobiliária.

A tensão também se manifesta no campo da democratização do poder. A CMB frequentemente converte seu capital cultural em um instrumento de distinção política, vendo-se como mais “preparada” para governar do que o conjunto do povo. Como consequência, tende a rejeitar mecanismos de participação popular e a preferir soluções tecnocráticas ou lideranças autoritárias que prometem eficiência administrativa e manutenção da ordem. O apoio recorrente ao Judiciário como uma espécie de poder moderador não eleito expressa esse impulso de blindar decisões políticas contra a soberania popular, revelando uma profunda desconfiança na capacidade de autogoverno democrático.

Por fim, nas políticas sociais universais, o individualismo meritocrático atinge seu ponto máximo. Muitos integrantes da CMB, por já pagarem por educação privada e planos de saúde, passam a perceber o sistema público, como o Sistema Único de Saúde e a educação

pública, como desperdício de recursos estatais. Essa percepção ignora que o fortalecimento de serviços universais poderia reduzir seus próprios gastos privados e oferecer proteção social em cenários de mobilidade social descendente. Ainda assim, a classe média frequentemente apoia cortes orçamentários ou políticas de austeridade que acabam por fragilizar justamente as redes públicas de proteção das quais pode depender em momentos de crise.

A classe média vive uma consciência de classe invertida, sustentada por “aspiracionalismo”, medo da proletarianização e uso simbólico do capital cultural. O quadro 2 sintetiza essa ideologia, que se traduz em bloqueio político, mostrando como aquela inversão se manifesta em cada reforma sempre com o mesmo resultado: a classe média vota e milita contra seus próprios interesses materiais.

Quadro 2 — Estruturas de resistência da classe média brasileira (CMB)

Tema da reforma estrutural	Base ideológica da resistência da CMB	Manifestação política da CMB (práxis da “vilã”)
Reforma tributária progressiva (taxação de renda, patrimônio e herança)	• “Meritocracia” individualista • Narrativas contra a “punição ao sucesso” • Percepção de que “o Estado já ‘rouba’ o cidadão o suficiente”	• Aliança com elites econômicas para manter a regressividade tributária • Oposição sistemática a impostos sobre grandes fortunas, dividendos e heranças
Reforma agrária e urbana (em defesa da função social da propriedade)	• Medo das classes populares e do “caos” social • Defesa absoluta da propriedade privada • Ideologia da ordem como valor supremo	• Criminalização do MST e MTST • Alinhamento automático com o agronegócio e o setor imobiliário • Justificação do uso da força estatal em nome da “ordem”
Democratização do poder (controle popular, participação direta)	• “Capital cultural” como marcador de superioridade • Desconfiança e desprezo para com as classes populares • Crença de que a política é técnica, não democrática	• Apoio a soluções tecnocráticas e autoritárias (aplicadas por um “gestor apolítico”) • Aderência a discursos neofascistas, como restauração da ordem • Defesa do Judiciário e, no caso da alta CMB, do MP como poder moderador não eleito
Políticas sociais universais (SUS, educação pública)	• Primazia do mérito individual • Rejeição ao “paternalismo” estatal • Identidade de consumo: “Eu pago meu plano de saúde e minha educação”	• Deslegitimação do SUS • Defesa de <i>vouchers</i>, privatização e corte de gastos sociais • Voto em candidatos que prometem reduzir impostos da CMB às custas de políticas universais

Fonte: Elaboração própria.

A interpretação proposta sugere que o caráter de “vilão” político tende a ser a expressão hegemônica da ideologia que justifica, para frações significativas da CMB, sua posição de “heroína” econômica no capitalismo. Em conjunturas como a analisada, essa fração tende a orientar-se politicamente de forma conservadora e, em momentos de crise, reacionária, exatamente para defender seu “mérito” (seu capital cultural e sua coparticipação na mais-valia) contra qualquer ameaça redistributiva.

6. CONCLUSÃO: FRAÇÕES DE CLASSE E OS CAMINHOS ESTRATÉGICOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A análise defendeu que a classe média brasileira exerce vários papéis, ora como “heroína”, ora como “vilã”, mas, em ambos os casos, em uma contradição dialética e estrutural. Sua função produtiva pós-fordista (a “heroína” potencial) a torna objetivamente crucial para um projeto de soberania nacional e neoindustrialização. Contudo, sua consciência ideológica (a “vilã”) — forjada na meritocracia, no individualismo e no medo da proletarianização — tende, em conjunturas de acirramento das contradições de classe, a configurar um dos principais entraves políticos a esse projeto, como sugere sua resistência às reformas estruturais e a adesão hegemônica de suas frações superiores à ultradireita (Vivanco, 2019)⁹.

Essa contradição expõe a falência da estratégia de “colaboração de classes” adotada pelo lulismo (Singer, 2015). A aposta de que a “nova classe média” (Boschi, 2016) ou “nova classe trabalhadora” (Chauí, 2013) poderia ser integrada ao projeto progressista através do consumo e da conciliação (Brizuela, 2022), sem a realização de reformas estruturais, mostrou-se desastrosa. Cabe aqui uma precisão conceitual relevante: as categorias *nova classe média* e *nova classe trabalhadora* não são equivalentes e derivam de tradições analíticas distintas. A primeira, associada a Neri (2019), designa os segmentos que ascenderam economicamente pelo consumo durante o ciclo lulista, sem necessariamente alterar sua posição nas relações de produção — trata-se, em larga medida, de um conceito de mercado. A segunda, empregada por Chauí (2013) e Singer (2009), refere-se à parcela da força de trabalho que, embora economicamente ativa e parcialmente integrada ao consumo, permanece estruturalmente subordinada ao capital

Essa estratégia exige confrontar diretamente o “vilão”, representado pelas frações rentistas e patrimonialistas que se beneficiam da estrutura atual. Isso implica implementar reformas estruturais, tais como uma reforma tributária progressiva e políticas de redistribuição da terra e da renda, capazes de corroer a base material da ideologia meritocrática e rentista

⁹ Além disso, as plataformas digitais proporcionaram a grupos de direita um grande poder de mobilizar as classes trabalhadoras (Pinheiro-Machado, 2025).

e submetida a condições precárias de emprego. O lulismo, ao tratar as duas categorias como equivalentes — apostando que inclusão econômica produziria consciência de classe progressista —, subestimou a força da ideologia meritocrática, que capturou ambos os grupos¹⁰. Essa “nova classe”, precarizada e desorganizada, acabou por absorver a ideologia da classe média estabelecida (individualismo, competição, consumo como distinção). O lulismo não cindiu a CMB; ele reforçou a ideologia do “vilão” (consumo e mérito) e foi, ao final, incapaz de romper com ela.

A trajetória de transformação social brasileira exige, portanto, uma estratégia capaz de compreender de forma nuançada as diferentes subdivisões da CMB. Ainda que exista uma identidade dominante que atravessa esse grupo social, não é possível tratá-lo como um bloco monolítico; ao contrário, torna-se necessário aplicar uma análise fracional rigorosa para distinguir interesses e posições materiais específicas em cada camada.

Nesse sentido, a alta classe média, composta por tecnoburocratas de topo, altos magistrados e rentistas médios, tende a configurar um inimigo estratégico. Essas frações frequentemente atuam como instrumentos de luta da classe dominante e integram, de forma orgânica, o bloco no poder, ocupando posições institucionais que lhes permitem reproduzir a ordem social vigente. Já a chamada “média classe média”, formada sobretudo por profissionais liberais e gerentes intermediários, constitui, antes, um campo de disputa ideológica. Embora apresente tendências frequentemente conservadoras ou reacionárias, esse segmento permanece suscetível a projetos políticos que lhe ofereçam estabilidade material, reconhecimento social e perspectivas de segurança de longo prazo.

Por outro lado, a baixa classe média e os setores proletarizados da chamada nova pequena burguesia — como técnicos de tecnologia da informação precarizados, engenheiros submetidos à pejotização, típica do pós-fordismo, e amplos contingentes de professores — configuram aliados potenciais, como argumenta Santos (1991). Esses grupos experimentam materialmente formas intensas de exploração e insegurança econômica, ainda que sua consciência política permaneça frequentemente marcada por elementos pequeno-burgueses. A expansão dessas condições de precarização vem produzindo um contingente crescente de trabalhadores em situação instável, frequentemente descritos como “precariado” (*precariat*), cuja capacidade de ação coletiva pode adquirir potencial transformador quando devidamente organizada (Standing, 2015).

Diante dessa tensão, o programa revolucionário não pode simplesmente ser capturado pela contradição entre o “herói” e o “vilão”; precisa, antes, oferecer uma solução política capaz de reorganizá-la. A possibilidade de conquistar frações da classe média depende precisamente de enfrentar os privilégios concentrados na alta classe média, cuja posição material sustenta a reprodução da ideologia meritocrática. Nesse sentido, a estratégia política deve, em primeiro lugar, valorizar o “herói”, isto é, a força de trabalho qualificada. Trata-se de convocar técnicos, engenheiros, cientistas e programadores para um projeto nacional de neointustrialização soberana, no qual a qualificação deles possa ser mobilizada de maneira produtiva e criativa na construção do país. Em vez de ocupar uma posição dependente, subordinada às exigências do capital financeiro ou de corporações multinacionais, esses profissionais passariam a desempenhar um papel estratégico em um projeto de desenvolvimento autônomo, no qual o conhecimento técnico se converterá em instrumento de soberania econômica e tecnológica.

¹⁰ É importante ressaltar que o termo *nova classe média* não é unânime, sendo o seu uso criticado pela falta de critérios taxonômicos (Kopper; Damo, 2018).

No período desenvolvimentista (1930-1980), a baixa classe média (bancários, comerciários, professores) aproximou-se do trabalhismo, enquanto a alta classe média manteve-se liberal-conservadora. Havia, porém, um elemento comum entre as frações: a crença no desenvolvimento nacional como projeto coletivo, que atenuava o individualismo meritocrático. O neoliberalismo dissolveu essa crença ao privatizar o sentido do trabalho e da ascensão social

Ao mesmo tempo, essa estratégia exige confrontar diretamente o “vilão”, representado pelas frações rentistas e patrimonialistas que se beneficiam da estrutura atual. Isso implica implementar reformas estruturais, tais como uma reforma tributária progressiva e políticas de redistribuição da terra e da renda, capazes de corroer a base material da ideologia meritocrática e rentista. Ao taxar rendimentos de capital, dividendos e formas improdutivas de acumulação, torna-se possível deslocar o eixo da economia para a produção e para o trabalho qualificado.

Essa tática, ao atacar os privilégios da alta classe média, sobretudo através da tributação de rendas financeiras e dividendos, abre espaço para a valorização das frações média e baixa da própria classe média, garantindo oportunidades de emprego qualificado na indústria, na pesquisa e nos serviços públicos. Ao alterar essa estrutura de incentivos, rompe-se a aliança ideológica interna da CMB, tradicionalmente sustentada pela falsa narrativa da meritocracia, e cria-se a possibilidade de realinhar os interesses materiais das suas frações mais precarizadas com os do proletariado. Dessa forma, a contradição “herói-vilão” deixa de ser um bloqueio político e passa a ser terreno de disputa estratégica para um projeto nacional de desenvolvimento soberano.

Considerando argumentos do artigo, três temas emergem e merecem uma reflexão. Primeiro, a relação entre meritocracia e adesão da CMB a um renovado projeto de industrialização. Um eventual questionamento institucional à meritocracia, por meio de reformas econômicas, não necessariamente implicaria uma adesão automática da baixa classe média a um projeto de industrialização. Tais reformas possivelmente criariam condições materiais para uma reorientação de interesses, mas a adesão política depende da disputa ideológica e organizativa. A baixa CMB, ao ter sua precarização materialmente amenizada por políticas públicas e ao ver os privilégios da alta CMB sendo taxados, pode tornar-se



Manifestação organizada por artistas e intelectuais para protestar contra as políticas ambientais e a destruição da Amazônia durante o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019

permeável a um discurso que articule seus interesses aos do proletariado. Entretanto, isso exigiria mediações partidárias, sindicais e culturais que o lulismo historicamente não foi capaz de fazer. Pode-se dizer, por exemplo, que a “competição ilusória” de Saes (1985), a qual indica a existência de uma meritocracia fictícia que encobre a falta de competição entre todos, deve ser desvelada. Em outras palavras, a relação entre meritocracia, industrialização e apoio das baixas classes médias depende de fatores relacionais tais como mediação institucional e ideológica.

Segundo, a trajetória histórica da formação da CMB no contexto desenvolvimentista apresentou percalços, em decorrência dos quais houve divisão em grupos secundários (Saes, 1985, p. 215-216). Ainda assim, pode-se afirmar, ecoando os achados de Linz e Stepan (1978) sobre as alianças de classes na América Latina, que a erosão democrática no continente nas décadas de 1960 e 1970 está associada ao alinhamento das pequenas classes médias com as elites econômicas e militares. Tal argumento explicaria a divisão comportamental da CMB. De fato, em outros momentos históricos, a CMB demonstrou divisões de posicionamento quanto às reformas sociais e industrialização no Brasil. Por exemplo, no período desenvolvimentista (1930-1980), a baixa classe média (bancários, comerciantes, professores) aproximou-se do trabalhismo, enquanto a alta classe média manteve-se liberal-conservadora. Havia, porém, um elemento comum entre as frações: a crença no desenvolvimento nacional como projeto coletivo, que atenuava o individualismo meritocrático. O neoliberalismo dissolveu essa crença ao privatizar o sentido do trabalho e da ascensão social.

Terceiro, sobre a trajetória futura, faz-se essencial refletir sobre os efeitos de uma nova série de reformas sociais tendo em vista posições distintas das observadas no lulismo. Especificamente, é relevante entender como novas reformas podem considerar as lições aprendidas com o lulismo, que promoveu inclusão pelo consumo sem confrontar a estrutura

de privilégios da alta CMB. De fato, as políticas fiscais e econômicas dos governos do PT não taxaram grandes fortunas, não realizaram a reforma agrária e mantiveram o sistema financeiro intocado. A estratégia aqui esboçada, por outro lado, diferencia internamente a CMB, propondo políticas públicas para atacar os privilégios da sua fração alta (por meio de taxação progressiva), enquanto oferece à baixa serviços públicos de qualidade (como o SUS e a educação gratuita), que reduzem seus custos de reprodução e a protegem contra a proletarização. É essa diferenciação que pode quebrar a aliança ideológica que unifica a CMB sob a bandeira do mérito.

A classe média brasileira não será ganha pela mimetização de sua ideologia, o que talvez tenha sido o erro do lulismo, mas pelo confronto com esta. A aliança estratégica necessária nos “caminhos da revolução brasileira” é entre o proletariado e as frações proletarizadas da classe média, oferecendo a elas um projeto que liberta seu potencial “herói” ao mesmo tempo que destrói politicamente o “vilão” reacionário.

* Professor e pesquisador de Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor pelo Instituto Universitário Europeu (Florença, Itália), mestre em Relações Internacionais pela Universidade Johns Hopkins (Washington, DC, EUA) e graduado em Ciências Políticas pelo Universidade Americana de Richmond (Londres, Reino Unido). *E-mail*: heldervale@ufba.br

** Funcionário público aposentado do Ministério da Fazenda, onde trabalhou de 1979 a 2003. Mestre em Economia pela Escola Fazendária (Esaf) e graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente não exerce atividade docente ou funcional remunerada, permanecendo como pesquisador independente.

Agradecimentos: os autores agradecem ao secretário de redação da *Princípios*, Ramiro Torres, pelo cuidadoso e minucioso processo de revisão editorial, que contribuiu de forma decisiva para o aprimoramento deste manuscrito. Eventuais erros ou omissões remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores.

► Texto recebido em 2 de dezembro de 2025; aprovado em 16 de maio de 2026.

ABEP. Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 5/2/2026. São Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, mar. 2026. Disponível em: <https://abep.org/wp-content/uploads/2026/03/CCEB_2026.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2026.

ARREGUY, Juliana. Datafolha: polarização atinge 74% dos brasileiros, com petistas superando bolsonaristas. **Folha de S.Paulo**, 24 dez. 2025. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2025/12/datafolha-polarizacao-atinge-74-dos-brasileiros-com-petistas-superando-bolsonaristas.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2026.

BECKER, Gary Stanley. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1993.

BELLO, Luiz. Rendimento per capita é recorde e desigualdades caem ao menor nível desde 2012. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 8 maio 2025. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43302-rendimento-per-capita-e-recorde-e-desigualdades-caem-ao-menor-nivel-desde-2012>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

BOITO JR., Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do governo Bolsonaro. **Observatório Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, n. 2, p. 9-30, 2020.

BOSCHI, Renato. A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982. In: SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo (Ed.). **Estado e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: CNPq; Faperj; INCT/PPED; Ideia D, 2016. p. 257-276.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Em dois anos, 17,4 milhões de pessoas saíram da pobreza e ascenderam de classe social. **Notícias Desenvolvimento Social**, 12 jan., 2026. <www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-dois-anos-17-4-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-e-ascenderam-de-classe-social>. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRIZUENA, Daniel Andres Baez. O lulismo e a elite do atraso: discursos, desafios e perspectivas de um embate político em constante transformação. **Revista Paranaense de Filosofia**, v. 2, n. 1, p. 194-228, jan.-jun. 2022. DOI: <<https://doi.org/10.33871/27639657.2022.2.1.6832>>.

CABALLERO, Juan; SAMPAIO, Ana. How the world has achieved middle-class dominance, against the odds. **World Data Lab**, July 21, 2025. Disponível em: <<https://blog.worlddatalab.com/wdl/how-the-world-has-achieved-middle-class-dominance-against-the-odds>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CARVALHO, Guilherme Augusto Batista. Do socialismo revolucionário ao reformismo centrista. **Aurora**, v. 9, n. 2, p. 52-79, 2016. DOI: <<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2016.v9n2.05.p52>>.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 27, n. 50, p. 121-130, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.53000/cma.v27i50.19005>>.

CHANCEL, Lucas et al. (Coord.). **World inequality report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2022. Disponível em: <<https://wid.world/document/world-inequality-report-2022>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CHAUÍ, Marilena. "Não existe nova classe média": entrevista concedida a João Paulo Martins. **Socialista Morena**, 12 ago. 2013. Disponível em: <www.socialistamorena.com.br/marilena-chaui-nao-existe-nova-classe-media>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CHUN, Natalie et al. The role of middle class in economic development: what do cross-country data show?. **Review of Development Economics**, v. 21, n. 2, p. 404-424, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1111/rode.12265>>.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 1, n. 5, p. 139-164, 2004. DOI: <<https://doi.org/10.5007/%25x>>.

FIGUEIREDO, Angela. **A classe média negra: trajetórias e perfis**. Salvador: UFBA, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Prison notebooks**. London: Lawrence & Wishart, 1971.

_____. **The Modern Prince & other writings**. New York: International Publishers, 1992.

GROHMANN, Rafael. A midiatização da nova classe média: identidades discursivas na revista IstoÉ Dinheiro. **Rumores**, v. 8, n. 16, p. 146-165, jul.-dez. 2014.

_____. MAURO, Rosana. O potencial teórico do conceito de midiatização e os estudos sobre classes sociais na comunicação. **Novos Olhares**, v. 4, n.1, p. 246-257, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2015.85313>>.

HILGERS, Tina; CALDERÓN, Anna; HONIGMANN, Max. Tensions between the middle classes and the “new middle class” in Brazil: an accidental biographical ethnography. **Latin American Research Review**, v. 57, n. 3, p. 536-553, June 10, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.1017/lar.2022.17>>.

HUBNER, Alysson. A classe média e as eleições de Bolsonaro em 2018 e a de Lula em 2022: a nova classe média e a ex-classe média. **Ponto e Vírgula**, v. 2, n. 36, p. e67417, 2024.

IORIS, Rafael R. O trágico autoritarismo das classes médias. **Orbis: Boletim do Lepeb-UFF**, v. 2, n. 7, p. 5-7, 2024.

KOPPER, Moisés; DAMO, Arlei Sander. A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 335-376, 2018. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832018000100012>>.

LENTZ, Carola. Doing being middle-class in the Global South: comparative perspectives and conceptual challenges. **Africa**, v. 90, n. 3, p. 439-469, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.1017/S0001972020000029>>.

LINZ, Juan José; STEPAN, Alfred. **The breakdown of democratic regimes**: Latin America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978.

MATUSOV, Eugene; SMITH, Philip Smith. The middle-class nature of identity and its implications for education: a genealogical analysis and reevaluation of a culturally and historically bounded concept. **Integrative Psychological and Behavioral Science**, v. 46, p. 274-295, 2012. DOI: <<https://doi.org/10.1007/s12124-012-9192-0>>.

MEIKSINS, Peter F. A critique of Wright's theory of contradictory class locations. **Critical Sociology**, v. 15, n. 1, p. 73-82, 1988. DOI: <<https://doi.org/10.1177/08969205880150010>>.

MOURA JR., James; PORTELA, Francileuda Farrapo. The Brazilian middle class and its illusory search for an elite identity: impressions from field research on the upper class in the Northeast. **ReVista: Harvard Review of Latin America**, March 24, 2022. Disponível em: <<https://revista.drclas.harvard.edu/the-brazilian-middle-class-and-its-illusory-search-for-an-elite-identity>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

NERI, Marcelo. **Brazil's middle class**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2019. Disponível em: <www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/ES106-Brazil's-Middle-Classes.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

NOVY, Andreas. Desglobalização econômica emancipatória: uma perspectiva a partir de Polanyi. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 3, p. 554-575, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n3p554>>.

OECD. **Under pressure**: the squeezed middle class. Paris: OECD Publishing, May 1, 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1787/689afed1-en>>.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Carvalho Bizerra Freire et al. O discurso midiático e a “nova classe média”: articulações de uma experiência social em processo. **Revista Intercom**, v. 39, n. 1, p. 21-37, jan.-abr. 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1590/rbcc.v39i1.2353>>.

OXFORD ECONOMICS. **The future of the middle class in emerging markets**. [S. l.]: Oxford Economics, October 16, 2024. Disponível em: <www.oxfordeconomics.com/resource/the-future-of-the-middle-class-in-emerging-markets>. Acesso em: 2 dez. 2025.

PEREIRA, Ricardo; SANTOS, Neri dos. Neoliberalization: reflections on a new paradigmatic approach for the industry: a scoping review on Industry 5.0. **Logistics**, v. 7, n. 3, p. 43, 24 July 2023. DOI: <<https://doi.org/10.3390/logistics7030043>>.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Raiva, sonhos e insubordinação: como a extrema direita e as mídias digitais mobilizam a classe trabalhadora plataformizada. **Horizonte Antropológico**, v. 31, n. 73, p. e730601, 2025. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1806-9983e730601>>.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. Estado, soberania digital e tecnologias emergentes. **Revista de Ciência do Estado**, v. 9, n. 1, p. 1-30, 2024. DOI: <<https://doi.org/10.35699/2525-8036.2024.53066>>.

POULANTZAS, Nico. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RANALDI, Marco. Global distributions of capital and labor incomes: capitalization of the global middle class. **World Development**, v. 188, p. e106849, 2025. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106849>>.

RESNICK, Stephen; WOLFF, Richard. The diversity of class analyses: a critique of Erik Olin Wright and beyond. **Critical Sociology**, v. 29, n. 1, p. 9-27, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1163/156916303321780537>>.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociologia e Agricultura**, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjetividade, cidadania e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 32, p. 135-191, jun. 1991.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A socioeconomic classification for Brazil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000200002>>.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. **American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961. DOI: <<https://doi.org/10.3386/w0033>>.

SINGER, André. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. **Psicologia USP**, v. 6, n. 1, jan-abr. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140012>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos Cebrap**, v. 85, p. 83-102, 2009. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>>.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; HECKSHER, Marcos D. **Pobreza e desigualdade no Brasil no curto e no longo prazo**. Brasília: Ipea, nov. 2025. (Disoc: Nota Técnica, n. 120). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/19610>>. Acesso em: 2 jul. 2026.

STANDING, Guy. The precariat and class struggle. **RCCS Annual Review**, n. 7, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.4000/rccsar.585>>.

VALE, Helder Ferreira do. Brazil's digital politics and the crisis of democracy (2013–2018). In: _____ (Org.). **Democracy: crises and challenges across the globe**. London: IntechOpen, 2022. p. 1-22. DOI: <<https://doi.org/10.5772/intechopen.106985>>.

_____; COSTA, Lilian. State capitalism in a changing global order: Brazil and China's strategies for greater global influence. **Research in Globalization**, v. 9, p. e100265, December 2024. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.resglo.2024.100265>>.

VIVANCO, Pabo. A guinada à direita da América Latina. **Jacobina**, 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2019/04/a-guinada-a-direita-da-america-latina>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, p. 121-163, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220151705>>.

_____. **Class, crisis and the state**. London: New Left Books, 1978.